

ECOANDO

TRIPOLI - 2009



ANIMAIS

em foco na Câmara Municipal



Editorial



Fábio Lazzeri Jr. / CMSP

O concreto avança sobre a mata. As nascentes são engolidas, a fauna silvestre dizimada, os mananciais poluídos. Uma luta desigual entre o poder econômico e a Natureza, onde não existem ganhadores a longo prazo, pois todas as formas de vida perdem. Esta é a São Paulo que temos, mas com certeza não é a cidade viável para as próximas gerações. Cada um de nós tem, na palma das mãos, no cérebro privilegiado de nossa espécie e, sobretudo, na alma e no coração, o poder e o dever de reverter o caos e a destruição da Natureza, bem como a desorganização social e ética, que vêm vitimando as formas de vida mais frágeis, como as crianças, os idosos, os animais, os rios, o solo, as matas. Neste contexto, não podemos mais admitir o descaso, a extinção, o massacre da biodiversidade, a violência do tráfico de animais silvestres. Não podemos mais admitir o abandono dos animais domésticos, a crueldade e a dor estampadas nos olhos dos cães e gatos vítimas de proprietários irresponsáveis. A maior Câmara Municipal do País, por minhas mãos, instituiu uma Comissão de Estudos sobre Animais. Ouvimos autoridades, ambientalistas, cientistas, protetores, técnicos, geramos um relatório e muitos projetos e propostas ainda virão. Até o prefeito saiu em defesa dos animais domésticos e lançou um programa de proteção e bem-estar de cães e gatos, o Probem. Fazer das propostas e promessas das autoridades um caminho de respeito e cuidado está nas mãos de cada um de nós. Nas minhas, nas suas. Um mais um é o mundo. E Gandhi nos deixou o lembrete fundamental: temos que ser a mudança que queremos no mundo. Eu os convido a refletir e, sobretudo, agir.

Roberto Tripoli

ECOANDO

Boletim do Vereador
ROBERTO TRIPOLI
Partido Verde

Programação Visual:
Paulo José Celestino

Textos e Edição:
Regina Macedo
(MTb:13.682)

Capa:
Na imagem principal, um lobo-guará
(*Chrysocyon brachyurus*), espécie
silvestre nativa ameaçada de extinção.

Foto de Roni Celestino



Da esquerda para a direita, Vereador Roberto Tripoli, Deputado Federal Ricardo Tripoli e o Prefeito Gilberto Kassab

Bem-Estar de Cães e Gatos: Kassab lança programa...

São Paulo ganhou um Programa de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos (PROBEM), lançado oficialmente pelo prefeito Gilberto Kassab, no dia 2 de julho de 2009, e recentemente transformado em lei pelo Vereador Roberto Tripoli (PV). O prefeito Kassab admitiu que o lançamento do Probem “aconteceu com anos de atraso”, mas que sua Administração tem vontade de acertar e quer sempre ouvir a população, sobretudo os protetores dos animais, que nunca foram devidamente ouvidos. Ainda segundo Kassab, “o Probem veio para ficar do lado dos animais indefesos, agredidos; eles agora contarão com uma situação de apoio que nunca tiveram na cidade”.

Para isso, além da construção de um Núcleo de Bem-Estar Animal, usando a verba de R\$ 1 milhão destinada pelo Vereador Tripoli no orçamento 2009, várias outras ações foram anunciadas: ampliação do programa de castração e da educação para a propriedade responsável, microchipagem de animais registrados, melhorias estruturais e de manejo de animais recolhidos, construção de salas de cirurgia veterinária nas Suvis, descentralização do CCZ, entre outras promessas.

O ponto de partida foi uma ampla campanha publicitária, com o slogan: “Não abandone aquele que nunca vai abandonar você”. Além disso, um site oficial.

O vereador Tripoli afirmou que “foi a primeira vez que um prefeito divulgou publicamente o que pensa e pretende fazer com relação aos animais da cidade, sobretudo os abandonados e vítimas de maus-tratos, e fez esse anúncio na presença da proteção animal. Vamos ver daqui para a frente”, observou.

Por sua vez, o Secretário da Saúde, Januário Montone, frisou que com o advento da lei que proíbe o CCZ de sacrificar animais saudáveis, o Poder Público e a cidade vivem uma nova realidade de “que precisa ser encarada de frente”. Também mostrou dados estatísticos que classificou de “preocupantes” em relação ao abandono crescente.

...agora, proteção animal cobra promessas

Conforme o Vereador Tripoli observou no lançamento do Probem, a sociedade deve ficar atenta ao cumprimento das promessas. E ao que parece, os avanços anunciados ficaram nos discursos e no papel.

Tanto que no início de novembro, um grupo de protetores de animais compareceu à Prefeitura justamente para cobrar o não cumprimento da maior parte das promessas feitas pelo Prefeito Kassab ao lançar o Probem. Acompanhados do vereador Tripoli, entregaram ao Secretário de Relações Governamentais, Antonio Carlos Malufe, documento dirigido ao Prefeito Kassab, pedindo que o Probem saia do papel. Até a construção do Núcleo de Bem-Estar Animal, usando a verba de R\$ 1 milhão destinada pelo Vereador Tripoli, continua indefinida.

Mais detalhes: www.robortotripoli.com.br



O Secretário Antonio Carlos Malufe e o Vereador Tripoli

Dor, sofrimento, crueldade.

Abandono



Resgatado em um matagal, Whippet foi adotado pela protetora que o salvou

O descaso de boa parte da população de São Paulo em relação aos cães e gatos vem provocando a intensificação do abandono, com graves conseqüências para os animais, que sofrem, são atropelados, mutilados, queimados, adoecem e procriam sem qualquer controle. Além disso, crescem os agravos para a saúde pública e o meio ambiente: maior ocorrência de mordeduras, acidentes de trânsito, agressões e mortes de animais silvestres.

O CCZ não mata mais cães e gatos saudáveis desde abril de 2008, por força de lei estadual, mas muitos animais ainda são eutanasiados (portadores de doenças incuráveis, por exemplo). Os não recolhidos das ruas ficam entregues à própria sorte ou contam com a ajuda de protetores ou pessoas que sensibilizam-se com sua dor.

“Não podemos mais admitir o horror do abandono”.

O CCZ tem menos de 500 vagas para abrigar, recuperar e colocar para adoção cães e gatos recolhidos. Em 2006, entraram no CCZ 13.198 cães e gatos e foram mortos 10.908; em 2007, entraram 16.749 e foram eliminados 14.413; em 2008, as entradas totalizaram 7.910 e as mortes por injeção letal, 5.510; e este ano, até julho, 3.046 cães e gatos deram entrada e foram sacrificados 1.904.

Esta situação levou a Prefeitura a lançar a campanha publicitária veiculada nas principais emissoras de televisão do País, durante o mês de julho de 2009, tentando sensibilizar os proprietários para não descartarem seus animais de estimação como lixo, e anunciando o número 156 para denúncias telefônicas. A campanha custou 4 milhões de Reais e até agora a Secretaria da Saúde não divulgou os resultados, e também não anunciou novas medidas que possam mudar este triste panorama.

Antes da campanha, os números já impressionavam. Segundo dados da Secretaria da Saúde, em 2007, foram registrados 4.108 chamados para o 156, de pessoas pedindo ajuda para animais atropelados e/ou acidentados e ainda vivos, sem proprietários. Esse número saltou para 6.395 em 2008, e em junho deste ano já atingia 3.381 casos.

Independente de números ou campanhas, o que mais impressiona é o descaso da sociedade para com essas vidas. Um descaso que a Prefeitura aparentemente não consegue mais conter, apesar da publicidade e das promessas de ampliar as campanhas de castração, a educação para a propriedade responsável e os programas de adoção. E não consegue conter porque um cidadão que deveria ser responsável por seus animais pode abandoná-los sem qualquer punição, apesar da Lei Municipal 13.131/01, de autoria do vereador Tripoli, determinar multa de 500 Reais por animal abandonado.

Além disso, quem joga fora um cão ou gato pode ser enquadrado pela Lei Federal de Crimes Ambientais, por maus-tratos.

No entanto, como a Prefeitura praticamente abandonou o trabalho de Registro e Identificação, dificilmente se consegue saber quem deve ser responsabilizado por um animal encontrado vagando por ruas e avenidas, ferido, mutilado. Nos últimos dois anos, várias promessas da Secretaria da Saúde sinalizavam para a compra de microchips e início do registro com uso da identificação permanente. Até agora, nada saiu do papel.

“Não podemos mais admitir o horror do abandono. Como legislador, há anos venho lutando junto com a proteção animal, aprovando leis, fazendo gestões junto a sucessivos prefeitos e secretários da Saúde, destinando verbas no orçamento. Agora, o Prefeito Kassab mostra-se disposto a combater o descaso em relação aos animais. Mas, precisamos ver tal disposição na prática, passou da hora da Prefeitura mostrar que São Paulo não admite mais o abandono e a irresponsabilidade em relação aos cães e gatos”, afirma o vereador Roberto Tripoli.



Alessandre Martins



Alessandre Martins

Comércio ilegal de cães e gatos: não se cale, denuncie.

O comércio de cães e gatos sem controle é um dos indutores do abandono. Cada vez mais, protetores vêm salvam e recuperam cães de raça comprados por impulso e depois jogados fora. Além disso, muitos criadores irregulares praticam maus-tratos, mantendo os animais de seu plantel em péssimas condições de alojamento e alimentação, e sem os devidos cuidados veterinários. Em geral, essas pessoas não se importam com os filhotes, disponibilizando-os para comerciantes também ilegais.

A execução da Lei do Comércio de Cães e Gatos (14.483/07), de autoria do Vereador Roberto Tripoli (PV), não está sendo devidamente fiscalizada pelo Poder Público. Por isso, é fundamental que a população e os protetores denunciem estabelecimentos que desrespeitam as regras e, também, as feiras de venda de filhotes ilegalmente montadas em áreas públicas, como ruas e praças.

Filhotes de cães e gatos devem ser vendidos depois de 60 dias de vida, castrados, microchipados, vacinados, com nota fiscal e manual de orientações, contendo dados sobre a raça, tamanho, cuidados básicos. Os canis devem se regularizar perante a Prefeitura, bem como as pet shops que comercializam esses animais.

Feiras de venda de filhotes em ruas, avenidas, praças, parques são proibidas. Toda Subprefeitura deve coibir este comércio ilegal no âmbito de sua jurisdição.

“Infelizmente, o Poder Público não está atuando para coibir os abusos. A Secretaria da Saúde e a Covisa contrataram novos veterinários e biólogos concursados, mas continua na promessa a formação de uma equipe exclusiva para realmente fiscalizar e acabar com as vendas irregulares. É fundamental a participação da população, denunciando e cobrando do Executivo”, afirma o vereador Roberto Tripoli.

Onde denunciar:

* **Canis e pet shops que não cumprem a Lei do Comércio:** formalizar denúncia ao CCZ, através do 156.

* **Feiras ilegais:** para a respectiva Subprefeitura ou também através do 156.

O vereador Roberto Tripoli conseguiu mais uma vitória em suas lutas em defesa da vida animal: fez da fauna um tema em evidência no maior Parlamento Municipal do País, durante os cinco meses de vigência dos trabalhos da Comissão de Estudos sobre Animais.

A “Comissão de Estudos para Avaliação da Coexistência dos Animais Domésticos, Domesticados, Silvestres Nativos e Exóticos com a População Humana, os Reflexos na Saúde Pública e Meio Ambiente e a Legislação Pertinente na Cidade de São Paulo” foi implantada a partir de requerimento de autoria de Tripoli, aprovado em plenário, e também fizeram parte do grupo os vereadores Bispo Atílio, Aurélio Miguel, Ítalo Cardoso e Gilberto Natalini.

Em reuniões e audiências, autoridades municipais, estaduais e federais, a sociedade civil organizada (ONGs como o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e o Greenpeace), pesquisadores, membros das polícias Ambiental e Civil e da Guarda Civil Metropolitana debateram os mais diversos temas relativos aos animais. Os vereadores ainda cobraram, oficialmente, informações do Executivo, além de promoverem ações fiscalizatórias.

Ao longo dos debates, palestras, apresentações das autoridades, o que se pôde perceber foi uma grande falta de conexão entre os vários órgãos responsáveis por algum tipo de cuidado, pela preservação ou fiscalização relativa à fauna doméstica e silvestre. Um bom exemplo é a questão dos silvestres: as polícias Ambiental e Civil, bem como a grupamento ambiental da Guarda Metropolitana não trocam informações e dados sobre as ocorrências nas quais atuam, envolvendo o comércio ilegal de animais silvestres.

PRECARIEDADE E PROMESSAS

Quanto aos cães e gatos, a cidade não sacrifica mais. No entanto, a precariedade do controle público sobre esses animais é eviden-



te. Os debates envolvendo questões relativas aos domésticos foram bastante acirrados, com várias divergências entre representantes da proteção animal, do Centro de Controle de Zoonoses e da Covisa (Coordenação de Vigilância em Saúde, a quem o CCZ é afeto). O mesmo aconteceu em relação aos cavalos e outros grandes animais, quando a voluntária do Projeto Anjo dos Cavalos acabou revelando que até ração e medicamentos a ONG compra para que os equinos retirados de maus-tratos sejam cuidados no CCZ e, depois, disponibilizados para adoção.

Enquanto a Comissão de Estudos desenvolvia seus trabalhos, várias mudanças ocorre-

Tripoli ousa novamente...

ram no âmbito do CCZ, até mesmo a troca da gerência. Além disso, o Prefeito lançou o Probem - Programa de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos. A idéia é separar o controle de zoonoses, atividade típica do CCZ, do controle animal que envolve a recuperação e adoção de cães e gatos abandonados, educação para a propriedade responsável e a ampliação dos programas de castração, de registro e identificação.

AVANÇOS

Rapidamente, alguns avanços foram verificados no CCZ, com a liberação para que voluntários de ONGs ou independentes pudessem ajudar no trato dos cães e gatos, com passeios, banho e tosa, além do incremento das feiras de adoção. A nova gerente de CCZ, Dra. Ana Claudia Mori, também se comprometeu a não mais deixar faltar alimentos e medicamentos.

Já a coordenadora do Probem, Dra. Rita Garcia, expôs as propostas do programa, a maior parte delas, no âmbito das promessas, como: ampliar o número de castrações até atingir 100 mil por ano; usar microchip no registro e identificação, com a compra de 50 mil unidades ainda em 2009; contratar profissionais para o trabalho de reeducação de animais com dificuldade de socialização, para que possam ser adotados; construir e ativar as salas de atendimento veterinário ligadas às Subprefeituras, para a realização de cirurgias de castração, entre outras promessas. Recorde-se que estas salas foram prometidas ao vereador Tripoli ainda na gestão anterior do Prefeito Kassab – uma sala foi construída na Cidade Ademar em 2006, mas nunca equipada.

FORÇA-TAREFA

O vereador Tripoli montou uma força-tarefa para realizar vistorias em pet shops denunciados por não cumprirem a lei do Comércio de Cães e Gatos e por prática de maus-tratos. A comissão de estudos recebeu dezenas de denúncias e dois estabelecimentos foram visitados. O grupo responsável pela fiscalização foi composto por fiscais da Covisa/CCZ, das Subprefeituras e do CRMV-SP (Conselho Regional de Medicina Veterinária). Animais chegaram a ser retirados de uma das pet

Ao vistoriarem o Centro de Controle de Zoonoses, os parlamentares comprovaram que suas suspeitas procediam: os animais ainda são mantidos em situação precária; não existe um sistema computadorizado adequado para controlar o funcionamento do órgão; os cães e gatos precisam de reformas e remodelação urgentes. O CCZ tem dificuldades de comprar alimentos e medicamentos na velocidade necessária e muitas vezes até funcionários cotizam-se para comprar ração e evitar que os animais passem fome.

FEUDOS

O vereador Tripoli frisa que “os feudos existentes dentro do Poder Público atrapalham, engessam, brecam o cumprimento das leis. As diversas Secretarias e seus departamentos não se falam. Quando montamos a força tarefa, em certos momentos fiscais não conseguiam nem se falar, e um não sabia quais leis o outro poderia usar. Mas isso não ocorre somente na fiscalização da Prefeitura, acontece entre as Polícias, entre as Polícias e o Ibama, ninguém se fala, ninguém troca informações. Bancos de dados compartilhados, isso então nem pensar”, frisa Tripoli.

E como mudar? Segundo Tripoli, “intensificando a participação da sociedade civil organizada. Temos que pressionar, cobrar, continuar sempre exi-

...e a maior Câmara Municipal do País coloca os animais em foco.

shops, por maus-tratos. Esse estabelecimento estava totalmente irregular, mas não foi fechado pela Subprefeitura até hoje.



Regina Macedo

gindo que os animais ocupem o lugar que merecem em nossa sociedade. A Comissão de Estudos foi um marco, ela pode gerar projetos e leis, mas deve gerar principalmente mudança de postura. Os animais não são coisas, não são lixo, não podem ser descartados; os silvestres não podem ser traficados ou vendidos sem qualquer controle. E os cães e gatos que estão sob a guarda do Poder Público não podem ficar sem cuidados e alimentos. Temos que educar os proprietários, fazer cumprir as leis vigentes, todos juntos, Executivo, Legislativo, ONGs, protetores, todos os cidadãos devem mostrar que São Paulo não aceita mais o descaso em relação a qualquer forma de vida, a todo e qualquer animal”.

Mais detalhes: www.robortotripoli.com.br

Muito concreto e pouco verde: silvestres ameaçados



Marcelo Pavlenco

Corrupião (*Icterus jamaicensis*), altamente traficado e ameaçado

A vida silvestre vem sendo dizimada na maior cidade do País, principalmente devido ao crescimento da mancha urbana, que invade e destrói a mata remanescente. O município também é um grande consumidor de animais silvestres provenientes do tráfico, comprados como “pets”.

São Paulo é uma cidade pioneira no trato da fauna silvestre, desde que foi criada a Divisão de Fauna, sediada no Ibirapuera e que possui os Centros de Reabilitação e de Triagem (Cras e Cetas), implantados no Parque Anhanguera, graças à lei 12.055/96, de autoria do Vereador Tripoli. Mas, as dificuldades para proteger e preservar a fauna silvestre são imensas.

“Nossas áreas de soltura estão cada vez mais restritas”, explica a diretora da Divisão de Fauna, Dra. Vilma Geraldi. “Os parques são registrados no Ibama como áreas de soltura, mas temos muitos problemas para libertar silvestres reabilitados e proteger aqueles de vida livre. Matilhas de cães prosperam nas áreas verdes; eles ferem e matam veados, bugios, preguiças, além de atacar pessoas. E os gatos caçam aves e comem ovos. Além disso, a mancha urbana não pára de se alastrar. Os silvestres não têm mais espaço para viver”, alerta Vilma.

COMÉRCIO, A POLÊMICA

Um dos pontos mais polêmicos debatidos pela Comissão de Estudos sobre Animais foi a pos-

sibilidade de São Paulo paralisar o comércio de animais silvestres.

Técnicos do Ibama afirmaram que boa parte dos criadores comerciais apresenta irregularidades e que muitos animais do tráfico são “esquentados” pelo comércio legalizado. Além disso, “os altos preços de silvestres com origem legal empurram as pessoas para aquisições na ilegalidade”. A tentativa de transformar silvestres em bichos de estimação traz, ainda, o perigo da transmissão de graves zoonoses. Além disso, um silvestre em cativeiro doméstico sofre maus-tratos, devido ao manejo, alimentação e recinto inadequados

O Ibama licencia estabelecimentos que comercializam silvestres legalmente, mas só fiscaliza quando ocorrem denúncias. O Município, por sua vez, não assume esta fiscalização. Até o comércio ilegal, em feiras da periferia, dificilmente é coibido pela Polícia (Ambiental ou Civil) e, quando isso acontece, traficantes ou pequenos comerciantes ilegais não ficam presos, pois inexistente lei criminalizando especificamente o tráfico de fauna. E quando carregamentos de silvestres são apreendidos, começa o drama da destinação.

PELO FIM DAS VENDAS

O fim do comércio de silvestres foi defendido na Câmara Municipal pelos analistas ambientais do Ibama, Jury Seino e Antonio Ganme; pela Diretora da Divisão de Fauna do Município, Dra. Vilma Geraldi; pela Dra. Cristina Harumi, da Associação Mata Ciliar; Marcelo Pavlenco, do SOS Fauna; Dra. Ângela Branco, da Pró-Animal; Dra. Selma Mandruca, presidente do Projeto GAP-Brasil; e Livia Bottar, coordenadora do Projeto Mucky.

Os criadores legalizados defenderam seu negócio, alegando que o foco principal é proteger os animais e evitar a extinção. Segundo eles, “acabar com o comércio de silvestres é utopia, e o Ibama defende tal medida porque não tem competência para acabar com o tráfico”. Garantem, ainda, que exames de DNA facilmente comprovam a paternidade de animais nascidos em cativeiro. Esta questão é outra polêmica, pois segundo analistas do Ibama, esse tipo de exame, além de caro, atualmente só é possível para poucas espécies.

Nada de cavalos em ruas e avenidas ! Lei Tripoli deve ser cumprida.

Regina Macedo



Alessandre Martins

Os cavalos continuam sendo usados como meio de transporte na maior cidade do Brasil, montados e, principalmente, puxando carroças, o que contraria frontalmente a Lei Municipal 14.146/06, de autoria do vereador Roberto Tripoli.

O assunto foi tema da Comissão de Estudos sobre Animais, e as autoridades do Centro de Controle de Zoonoses e da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) não conseguiram explicar por que, apesar da regulamentação (Decreto 49.525/08), estes órgãos envolvidos na fiscalização e execução da lei não vêm atuando da forma esperada. O Decreto prevê a formação de uma comissão de trabalho intersecretarial (Saúde e Transportes), que seria encarregada de planejar as ações, inclusive blitzes. Mas esse grupo nunca se reuniu. Agora, há a promessa de que novos membros passem a atuar, visando o cumprimento da lei que proíbe carroças em ruas e avenidas de São Paulo.

Além disso, a estrutura do CCZ para receber grandes animais eventualmente apreendidos continua precária. A ONG que ajuda a cuidar desses animais e depois providencia o encaminhamento para sítios e fazendas, onde eles possam viver em paz, sob os cuidados de depositários, muitas vezes tem que comprar até alimentos e medicamentos. Cynthia Fonseca, da ONG Anjo dos Cavalos, diz que “o olhar da cidade e das autoridades deve ser dirigido também para o sofrimento absurdo dos cavalos e éguas, que às vezes trabalham dia e noite, puxando pesados carregamentos, sem alimentação adequada e sequer água. Muitos deles comem restos, são torturados, cegados, morrem extenuados ou por comerem sacos plásticos encontrados no lixo, que reviram tentando alimentar-se. Sofrem em silêncio, um horror que a maioria das pessoas sequer imagina”, alerta a protetora.

EMERGÊNCIAS

Emergências com cavalos na cidade, como atropelamentos, devem ser imediatamente comunicadas para o Centro de Controle de Zoonoses, pelo fone 3397-8957.

A CET deve conter cavalos ou bois soltos nas ruas. No caso de carroças, segundo a lei municipal, os fiscais devem parar as carroças e chamar o CCZ para levar o animal. O fone da CET é 1188.

Tripoli destina mais de meio milhão de Reais ao Conselho do Idoso.

Eventos, seminários, publicações que visam o fortalecimento do exercício da cidadania pela população da terceira idade serão promovidos pelo Grande Conselho Municipal do Idoso, graças à verba de R\$ 600 mil destinada especificamente a este órgão, através de emenda ao orçamento de autoria do Vereador Roberto Tripoli. Deverão ser abordados temas como violência e cidadania, habitação e acessibilidade, saúde da pessoa idosa, e editados manuais contendo dicas sobre serviços públicos e privados para a terceira idade, além do Estatuto do Idoso.

Esta destinação feita pelo Vereador Tripoli é inédita, porque em geral os conselhos de idosos, em todas as cidades do País, não dispõem de verba própria.

O presidente do Grande Conselho Municipal do Idoso, Antonio Santos Almeida, frisa a importância da emenda de autoria de Tripoli, “pois nosso Conselho nunca teve verba própria, uma quantia que só pode ser gasta a favor dos idosos. Só temos a agradecer ao parlamentar e trabalhar muito para empregar da melhor forma possível esse montante. Em geral, não se pensa sequer em verbas para a terceira idade, e o vereador lutou por uma destinação de alto valor e específica para nosso Conselho. Isso é inédito e fundamental”, afirma Almeida.

Roni Celestino



INSTITUTO DA MELHOR IDADE – Fundada há 13 anos pelo saudoso Ricardo Tripoli (pai), a ONG tem 25 mil associados e desenvolve atividades sócio-educativas e de lazer. Informe-se:

Rua Dona Ana Pimentel, 210, fone (11) 3865-6917.

E-mail: melhoridade06@terra.com.br

Circos sem animais: Comissão de Justiça acata relatório do Deputado Federal Ricardo Tripoli

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), da Câmara dos Deputados, aprovou na íntegra o relatório do deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP) ao Projeto de Lei 7291/06, do Senado Federal, que acaba com o uso de animais em espetáculos circenses, sejam eles silvestres exóticos, nativos, domésticos ou domesticados, em todo o território nacional. A aprovação aconteceu durante reunião no Colegiado, dia 17 de novembro de 2009, e agora o projeto, que tramita em regime de prioridade, está pronto para ser votado em Plenário.

O parlamentar paulista, que acompanhou toda a tramitação da proposta, comemorou a aprovação do relatório e agradeceu aos membros da Comissão o fundamental apoio ao texto. Ricardo Tripoli ainda destacou a importância do projeto para o movimento de proteção aos animais, que há décadas abraça esta luta: “a aprovação do nosso relatório representa uma evolução na legislação brasileira, sobretudo para a defesa animal”.

Como coordenador do Grupo de Trabalho da Fauna da Frente Parlamentar Ambientalista, o depu-



tado Tripoli está otimista em relação à aprovação final em plenário. O parlamentar destacou a importância do acordo ocorrido entre os membros da Comissão de Educação e Cultura, que ampliou, de três para oito anos, o prazo para que os circos destinem corretamente os animais ainda existentes em seu plantel.

HISTÓRICO

O texto original da proposta instituía apenas o registro obrigatório dos animais. Após passar pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Educação e Cultura da Câmara, ganhou um substitutivo que proíbe a utilização de animais em circos no Brasil, passado o período de adequação, de oito anos. O parecer de Tripoli na CCJ recomendou a aprovação da determinação, na íntegra.

(Mais detalhes: Dep. Ricardo Tripoli - www.tripoli.com.br)

Merenda escolar sem carne. Pelo Planeta. Pela Vida.

Um dos pontos discutidos pela Comissão de Estudos sobre Animais foi a possibilidade de reduzir ou eliminar a carne da merenda escolar nas escolas municipais. O foco dos debates foi a grave contribuição da agropecuária para o crescimento dos desmatamentos na Amazônia, situação exposta pelo Greenpeace.

A redução da carne na merenda continua em debate, com um bom reforço da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente que trouxe para São

Paulo o movimento mundial “Segunda Sem Carne” (Meatless Monday). Além disso, o Vereador Tripoli apresentou projeto de lei (604/09, em tramitação), estipulando regras para as compras públicas da carne bovina utilizada na merenda escolar em São Paulo: as carnes não poderão ser oriundas de áreas desmatadas ilegalmente.



“Cada um de nós tem, na palma das mãos, no cérebro privilegiado de nossa espécie e, sobretudo, na alma e no coração, o poder e o dever de reverter o caos e a destruição da Natureza, bem como a desorganização social e ética, que vêm vitimando as formas de vida mais frágeis, como as crianças, os idosos, os animais, os rios, o solo, as matas.”

Roberto Tripoli

Regina Macedo

ADOTADOS



*Grandão e Vitória, salvos do abandono, recuperados e adotados.
Adoção é um ato de amor. Um amigo espera por você !*

CONTATO

Comuniquese com o gabinete do Vereador Roberto Tripoli. Informe-se sobre as leis de sua autoria, projetos em andamento, moções e sua atuação parlamentar. Acompanhar o trabalho de quem merece seu voto faz parte do exercício cotidiano da cidadania.

Câmara Municipal de São Paulo - Viaduto Jacareí, 100 - sala 705 - CEP: 01380-900 - São Paulo/SP
Fone: (11) 3396-4522 - Fax: (11) 3396-3998 - e-mail: contato@robertotripoli.com.br
www.robertotripoli.com.br